

PROTOCOLO DE PARCERIA
ENTRE
ZeroPointArt Galeria
ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE

Considerando o interesse de que se reveste o estreitamento das relações técnico-científicas entre as duas instituições e animadas pelo firme propósito de, através de uma sólida e profícua parceria, potenciar as condições que lhes permitam cumprir eficazmente as missões que lhes são confiadas;

A Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde – OAC - , foi criada pelo Decreto-Lei nº 60/99, de 11 de Outubro, e os novos Estatutos aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2009, de 9 de Novembro de 2009, é uma associação pública com personalidade jurídica, representativa dos licenciados em arquitectura e urbanismo, representado no acto pelo seu Bastonário, Arquitecto César Rolando Monteiro de Freitas,

e

A Galeria ZeroPointArt, abreviadamente – ZeroPointArt, com atribuições para atelier de promoção cultural e turística, representado no acto pelo seu Director Geral, Artista plástico Alexandre da Silva Barbosa Andrade, é celebrado o presente Protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula I

(Objecto)

O Objectivo deste Protocolo é criar as condições básicas para promover acções e colaborações entre as duas instituições na problemática comum de, optimizando os recursos de que dispõem, de uma forma concertada e integrada.

Cláusula II

(Modalidades de Cooperação)

Pelo presente Protocolo, as Partes concordam e comprometam-se à:

1. Articular de forma conjunta a competência técnica e equipamentos com vista a realização de projectos programados ou pontuais, sem pôr em causa o normal funcionamento de cada Instituição.
2. Colaborar nos domínios técnicos, profissional e científica na área de suas actividades, abrangendo, entre outras, as seguintes acções:



- a) Realização conjunta de conferências, seminários ou cursos de formação específica e outros eventos;
- b) Participação mútua em congressos, colóquios organizados por qualquer das instituições acima referidas;
- c) Apoio a projectos de investigação conduzidos nas referidas instituições;
- d) Desenvolvimento de projectos programados ou outros pontuais, de modo conjunto, cujo interesse decorra das responsabilidades de cada uma das entidades;
- e) Emissão de Pareceres Conjuntos sempre que se justificar e solicitado por uma das partes;
- f) Permuta de documentação e publicações, resultantes dos trabalhos de pesquisas realizadas nas respectivas instituições;
- g) Cooperar em publicações de trabalhos de interesse mútuo;
- h) Divulgação de actividades realizadas nas duas instituições.

Cláusula III

(Visibilidade)

As instituições comprometem-se através deste Protocolo conferir a maior visibilidade possível às actividades, nomeadamente através da Comunicação Social, Internet, ou outros meios promovidos por cada uma das instituições. O nome e o logótipo das instituições deverão constar em todas as acções empreendidas no âmbito da realização do presente Protocolo.

Cláusula IV

(Encargos)

1. Em conferências, palestras e outras actividades afins realizadas em conjunto, os custos serão repartidos entre as Partes, em proporções a estabelecer, caso a caso;
2. Para as actividades referidas na alínea anterior e outras que impliquem utilização de espaços físicos das Partes, tais espaços serão concedidos a custo zero;
3. As partes concordam em esforçar-se a adquirir os meios indispensáveis à materialização das disposições deste Protocolo e dos programas adicionais futuros, que não se enquadrem nas alíneas procedentes;
4. As partes comprometem-se a acordar previamente, caso a caso, os valores para a prestação de colaboração e de serviços prestados por cada instituição, por forma a cobrir os custos reais e administrativos dispendidos, por cada instituição, no âmbito dos trabalhos a realizar.



Cláusula 5ª

(Vigência e entrada em vigor)

1. O presente Protocolo é valido por período indefinido e entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes;
2. A anulação ou cessação do Protocolo será efectiva três meses, após respectiva decisão e comunicação entre as Partes;
3. Todas as modificações e adendas a este Protocolo requerem a aprovação, por escrito, por ambas as Partes.

Cláusula 6ª

(Casos Omissos)

Os **Casos Omissos** ou duvidosos serão resolvidos por comum acordo e, na falta dele, nos termos da legislação aplicável.

Feito em S. Vicente, 4 de Novembro de 2011.

Pela

Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde



César Freitas

Bastonário

Pelo

ZeroPointArt Galeria



Alexandre Silva

Curador